

Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@mail.telepac.pt
http://www.sprc.pt

Ficha Técnica

Região Centro Informação

Registo de Propriedade n.º 217964
Propriedade do
Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21
Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra
Director — Mário Nogueira
Chefe de Redacção — Luís Lobo
Conselho de Redacção:
Adelino Lopes, Anabela Sotaia, Maria Cruz Marques, Francisco Almeida, Paulo Santos, Vítor Januário
Grafismo e Ilustração — Tiago Madeira
Composição e Paginação — SPRC
Periodicidade — Mensal
Tiragem — 15500 exemplares
Impressão — NAVEPINTER
Indústria Gráfica do Norte, Lda
EN 14 — Lugar da Pinta — Maia
Embalagem e Expedição — AP Embaladora
Redacção e Administração — Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Fotografias — Arquivo SPRC,
Cadernos Pedagógicos — Coordenação de Margarida Fonseca
Registo de Publicação n.º 117965
Depósito Legal n.º 228/84

EXECUTIVOS DISTRITAIS

Aveiro

Rua de Angola, 42 - B
Urbanização Forca Vouga • 3800-008 Aveiro
Telef.: 234 420 775
FAX: 234 424 165
E-Mail: sprcaveiro@mail.telepac.pt

Castelo Branco

R. João Alves da Silva, 3 - 1.º Dt.º
6200-118 Covilhã
Telef.: 275 322 387
FAX: 275 313 018
E-Mail: sprcedcb@mail.telepac.pt

Coimbra

Praça da República, 28 — 1.º
Apartado 1020
3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 668
E-Mail: sprccoimbra@mail.telepac.pt

Guarda

Rua Vasco da Gama, 12 — 2.º
6300 Guarda
Telef.: 271 213 801
FAX: 271 223 041
E-Mail: sprc.guarda@mail.telepac.pt

Leiria

R. dos Mártires, 26 — r/c Drlº
Apartado 1074
2400-186 Leiria
Telef.: 244 815 702
FAX: 244 812 126
E-Mail: sprcleiria@mail.telepac.pt

Viseu

Av Alberto Sampaio, 39 — 1.º
Apartado 2214
3510-030 Viseu
Telef.: 232 420 320
FAX: 232 431 138
E-Mail: sprcviseu@mail.telepac.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco

R. Pedro Fonseca, 10 — L
6000-257 Castelo Branco
Telef.: 272 343 224
FAX: 272 322 077

Figueira da Foz

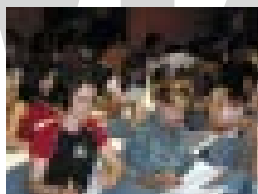
R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º
3080-084 Figueira da Foz
Telef.: 233 424 005

Douro Sul

Av. 5 de Outubro, 75 — 1.º
Apartado 42
5100-065 Lamego
Telef.: 254 613 197
FAX: 254 656 457

Seia

Lg. Marques da Silva
Edifício Camelo, 2.º Esquerdo
6270-490 Seia
Telef.: 238 315 498
FAX: 238 315 498



CONCURSOS PARA 2004/2005

NA CRUEZA DOS NÚMEROS, A VERDADE DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

Pág. 4



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS DO SPRC 25 DE MARÇO DE 2004

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2003

Pág. 7

PLANO DE ACÇÃO 2004

Pág. 12

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Pág. 17

ORÇAMENTO DO SPRC PARA 2004

Pág. 18



PROFESSORES EM LUTA

Págs. 13 a 16



FRIO AFECTA MAIS DE METADE DAS ESCOLAS DA REGIÃO CENTRO

Págs. 21 e 22



CINCO MEDIDAS, UMA EXIGÊNCIA E UMA SUGESTÃO PARA RESOLVER O PROBLEMA DO AQUECIMENTO NAS ESCOLAS

Pág. 23

O SONHO DE RUI GRÁCIO

Em 6 e 7 de Janeiro de 1982, o Jornal da Educação organizava, com a colaboração do Centro Nacional de Cultura, o Colóquio sobre o Sistema de Ensino em Portugal, tendo convidado um conjunto de especialistas na área da Educação, com o objectivo de proceder à análise do sistema educativo português e de sugerir as vias para combater o atraso estrutural de que padecia.

■ Um dos contributos mais fundamentados que passaram por esta iniciativa, veio de Rui Grácio, tendo sido posteriormente publicado na edição imediata do referido Jornal (n.º 51).

Infelizmente, Rui Grácio não poderia prosseguir o seu combate por uma democracia que sustentasse, no plano educativo, uma efectiva igualdade de oportunidades, mas os seus textos serão sempre uma referência no debate sobre direitos educativos de toda a sociedade portuguesa, pelo que esta é a oportunidade de conhecer alguns dos traços do seu pensamento profundo para uma reforma do sistema educativo:

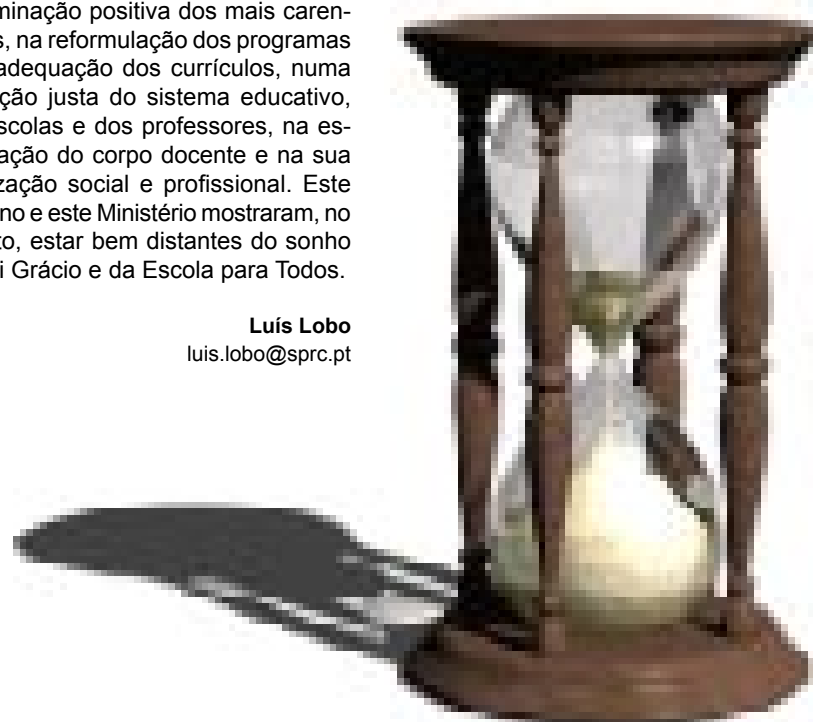
“Na hipótese de vir a prevalecer a transição para a democracia socialista, parece razoável prever que serão arreadas ou diminuídas muitas das dificuldades de ordem material e social que limitam o acesso à escola e o sucesso dentro dela, por parte das crianças, dos rapazes e raparigas procedentes dos meios populares. Não obstante, haverá que continuar a recorrer, potenciando-os, aos meios tradicionais, meramente compensatórios, de acção social escolar (redução de propinas, bolsas, transportes e material escolares, refeitórios, etc.). Num plano mais estritamente escolar, verificar-se-iam esforços do Estado para criar **‘uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população’, sendo ‘o ensino particular supletivo do público’** (art.º 75º da Constituição da República), bem como **‘um sistema público de educação pré-escolar’** (art.º 74º). A igualdade de oportunidades educativas escolares será ainda reforçada pela existência de um ensino unificado suficientemente prolongado, aliás um dos meios de atenuar a função conservadora da divisão social do trabalho, quando, no ensino, a dualidade de vias paralelas, os sistemas binários, de desigual prestígio, são fonte de discriminações sociais. Por outro lado serão tomadas medidas de discriminação positiva em favor de

elementos oriundos das camadas sociais que têm padecido, logamente, de tão grandes discriminações negativas que bem pode dizer-se que ‘a crise do ensino’ o é principalmente para quem não pode frequentá-lo ou teve de o abandonar muito cedo. No contexto que estamos explorando, especial atenção será prestada aos conteúdos do ensino e às formas da sua comunicação, de maneira a que a escola não ignore, antes atenda e valorize, a cultura e os interesses populares, minorando assim os efeitos selectivos, socialmente determinados, que têm caracterizado o sistema.”

Hoje, beber nas palavras e na sabedoria de Grácio e afirmar a luta pelo direito de todos a uma Educação de superior qualidade é lutar pela realização de uma adequada formação de professores e de pessoal auxiliar, na excelência de construções escolares, na optimização e adequação dos equipamentos, na riqueza dos materiais pedagógico-didácticos, na consagração de uma acção social escolar que garanta a discriminação positiva dos mais carenciados, na reformulação dos programas e na adequação dos currículos, numa avaliação justa do sistema educativo, das escolas e dos professores, na estabilização do corpo docente e na sua valorização social e profissional. Este Governo e este Ministério mostraram, no entanto, estar bem distantes do sonho de Rui Grácio e da Escola para Todos.

Luís Lobo
luis.lobos@sprc.pt

Infelizmente, Rui Grácio não poderia prosseguir o seu combate por uma democracia que sustentasse, no plano educativo, uma efectiva igualdade de oportunidades, mas os seus textos serão sempre uma referência no debate sobre direitos educativos de toda a sociedade portuguesa



CONCURSOS DE EDUCADORES E PROFESSORES PARA 2004/2005

NA CRUEZA DOS NÚMEROS, A VERDADE DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

■ Só o Governo não vê que o emprego dos Professores e Educadores é fundamental para promover a qualificação e o combate ao insucesso e abandono escolares.

Na região centro o concurso de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2004/2005 abriu com um saldo negativo de 915 lugares. Ou seja, um concurso que era suposto ter lugares para a colocação de professores apresenta 647 vagas nos quadros das escolas que, no entanto, são anuladas por 1562 “vagas negativas”, isto é, lugares para encerrar.

Alguns números da região centro:



2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

DISTRITO	Vagas Positivas	Vagas Negativas	Diferença
Aveiro	47	-195	-148
Castelo Branco	37	-174	-137
Coimbra	88	-294	-206
Guarda	19	-95	-76
Leiria	65	-153	-88
Viseu	81	-184	-103
TOTAL	337	-1095	-758

Alguns exemplos mais significativos (total regional de alguns grupos disciplinares)

GRUPO	Vagas Positivas	Vagas Negativas	Diferença
02- Port/Francês - 2º Ciclo	7	-58	-51
11- Matemática - Secundário	12	-57	-45
20- Port/Latim/Grego - Sec.	8	-68	-60
21- Port/Francês - Secundário	14	-91	-77
22- Ing/Alemão - Secundário	9	-95	-86
23- História - Secundário	9	-88	-79

1º Ciclo do Ensino Básico

DISTRITO	Vagas Positivas	Vagas Negativas	Diferença
Aveiro	126	-12	114
Castelo Branco	4	-21	-17
Coimbra	63	-26	37
Guarda	16	-103	-87
Leiria	26	-41	-15
Viseu	19	-107	-88
TOTAL	254	-310	-56

1.º Ciclo do Ensino Básico: Alguns exemplos mais significativos

O distrito de Viseu apresenta um total de 107 vagas negativas para apenas 19 a concurso. Neste distrito são inúmeros os casos de concelhos sem qualquer vaga a concurso ou que, tendo apenas uma, têm muitas vagas negativas. São disso exemplo Armamar (0/-8); Lamego (0/-8); Resende (1/-13); Sernancelhe (0/-10); Tarouca (0/-6).

O distrito da Guarda apresenta um panorama próximo do de Viseu com 103 vagas negativas enquanto que a concurso apresenta apenas 16. Casos mais paradigmáticos são os de Seia

(2/-22), Pinhel (0/-11), Gouveia (1/-9), Sabugal (1/-9) ou Trancoso (0/-8).

Em Leiria destaca-se o mau exemplo de Pombal que tendo duas vagas a concurso tem também 14 negativas. Outro mau exemplo é o de Ansião com 1 vaga para 5 negativas.

Castelo Branco, assolado pelo encerramento de lugares nos anos anteriores, tem agora apenas 21 vagas negativas. Porém, vagas a concurso só apresenta 4: duas na Covilhã (concelho que tem 3 vagas negativas), 1 no Fundão e 1 na Sertã.

As situações menos gravosas, que confirmam a desertificação do interior com as populações a movimentarem-

se para o litoral, são as de Coimbra e Aveiro com saldos positivos de 37 e 114, respectivamente.

Sublinhe-se que as vagas negativas que existem para o 1º Ciclo do Ensino Básico (-310) devem juntar-se às que em anos anteriores têm surgido. Por exemplo, no concurso do ano passado eram -474. Tal revela bem a política de encerramento de escolas e lugares desenvolvida pelo M.E. sem que haja contrapartidas na melhoria da qualidade da resposta educativa. Para além deste número, registe-se também que há menos noventa e oito vagas a concurso (positivas) do que no ano transacto.

Educação Pré-Escolar			
DISTRITO	Vagas Positivas	Vagas Negativas	Diferença
Aveiro	10	-6	4
Castelo Branco	1	-19	-18
Coimbra	25	-2	23
Guarda	0	-94	-94
Leiria	8	-15	-7
Viseu	12	-21	-9
TOTAL	56	-157	-101

Educação Pré-Escolar: Alguns exemplos mais significativos

De todos, o quadro mais preocupante e muito grave é o que apresenta o distrito da Guarda. Sem qualquer vaga a concurso, são 94 os lugares negativos, ou seja, jardins de infância públicos em risco de encerrarem ou de verem reduzido o seu número de lugares. Neste distrito, onde não há lugares a concurso,

há concelhos que ficarão praticamente sem respostas públicas de educação pré-escolar. São os casos de Seia (-23), Gouveia (-11), Almeida (-10), Guarda (-10), Sabugal (-9). Em Figueira de Castelo Rodrigo há seis vagas negativas que correspondem ao total de estabelecimento existentes.

O distrito de Castelo Branco confirma a triste e preocupante situação do interior. Neste, só o Fundão tem um lugar

a concurso, com a Covilhã a apresentar -5 e a capital do distrito -4.

Coimbra, sem um grande número de vagas (pouco mais de, em média, 1,5 lugar por concelho) tem mais de metade das suas vagas concentradas na cidade de Coimbra (8/-1) e na Figueira da Foz (+5).

Viseu e Leiria, confirmam a tendência negativa com saldos, respectiva-

NÚMEROS DO PAÍS				
Educação Pré-Escolar	1º Ciclo Ens. Básico	2º/3º C.E.B.	Ens. Secund.	TOTAL
Vagas Positivas	267	940	2058	3265
Vagas Negativas	-345	-1364	-5229	-6938

QUADROS DE ZONA PEDAGÓGICA ERA POR AQUI QUE OS PROFESSORES CONTRATADOS COSTUMAVAM INGRESSAR NOS QUADROS...

■ ...Só que as novas regras de concurso vieram permitir que os professores dos quadros de escola pudessem candidatar-se aos QZP para benefício maior da administração educativa que, com esse mecanismo, irá ter mais facilidade no encerramento de lugares nos quadros das escolas.

Além disso, na região centro, as vagas a concurso para os QZP são insignificantes. Por exemplo, para os 2º/3º C.E.B. e Ensino Secundário abrem 17 vagas no conjunto dos seis distritos e todas no grupo de Informática.

Para o 1º Ciclo abrem 109 vagas nos QZP, embora em maior número no

litoral. Castelo Branco e Guarda não têm qualquer vaga.

Na Educação Pré-Escolar o número de lugares a concurso nos seis QZP da região centro é de 20, 15 das quais em Leiria. Coimbra tem mais 5 e nos restantes quatro distritos não há qualquer vaga a concurso.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FAZ USO DA MÁXIMA
“COM A VERDADE ME ENGANAS!”**

Os responsáveis do Ministério da Educação e do Governo dizem algumas verdades para, na verdade, esconderem a verdade.

Por exemplo, afirmam que este concurso tem cerca de 4500 vagas, consideradas já as de QZP, e é verdade. Mas não contam que existem 6938 vagas negativas que irão anular aquelas, pois a saída dos professores de umas escolas para as outras traduzir-se-á no encerramento dessas vagas negativas que, por o serem, não serão recuperadas para outros candidatos.

Afirmam, ainda, que não compete ao Ministério da Educação empregar todos os professores que se formam nas instituições de ensino superior, e não.

Mas compete-lhe planificar adequadamente a formação de professores e compete-lhe tomar medidas de promoção do acesso à educação e formação, do sucesso escolar e educativo e de combate ao abandono escolar.

Nesse sentido, o SPRC apresenta **DOZE MEDIDAS CONCRETAS PARA COMBATER O INSUCESSO E O ABANDONO** que, a concretizarem-se, se repercutirão positivamente no emprego dos professores e educadores:

- [1] reduzir o número de alunos por turma;
- [2] reduzir, no 1º Ciclo do Ensino Básico, o número de anos de escolaridade por professor;
- [3] viabilizar os projectos apresentados pelas escolas de combate ao insucesso e ao abandono escolar;
- [4] criar condições para que as escolas possam ter salas de estudo, clubes a funcionar e actividades de complemento curricular, iniciativas pedagógicas fundamentais para promoção do sucesso escolar e educativo das crianças e jovens;
- [5] garantir as condições indispensáveis de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, por forma a obter a sua plena integração e a promover uma escola verdadeiramente inclusiva;
- [6] valorizar os quadros das escolas, permitindo que sejam estes a garantir a satisfação das suas reais e efectivas necessidades educativas;
- [7] ter em conta, nos agrupamentos de escolas, as suas necessidades efectivas, designadamente ao nível da plena articulação entre ciclos, sendo garantido à Educação Pré-Escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico as condições indispensáveis para uma participação plena na vida pedagógica e educativa



Pobre país que é governado por quem não percebeu ainda que poupar na Educação é o mesmo que investir na ignorância... ou se calhar percebeu, o que é ainda pior porque politicamente assumido.

do agrupamento;

[8] serem consideradas, ao contrário do que o M.E. impôs para o próximo ano lectivo, as horas necessárias às escolas para a leccionação do ensino nocturno, a direcção de turma e a articulação curricular;

[9] serem constituídas equipas educativas no 1º Ciclo do Ensino Básico capazes de responderem eficazmente às necessidades dos alunos daquele importante nível de ensino;

[10] serem criadas condições, de facto, para o alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos, bem como para a generalização do acesso à Educação Pré-Escolar, primeiro passo para a sua obrigatoriedade no ano que antecede a entrada no Ensino Básico. Tais condições são incompatíveis com o elevadíssimo número de vagas negativas que surge principalmente, no Ensino Secundário e na Educação Pré-Escolar;

[11] aprovar um plano nacional de erradicação do analfabetismo que em Portugal atinge cerca de um milhão de cidadãos;

[12] alargar a rede de oferta de educação e formação de adultos, numa perspectiva de formação ao longo da vida e de elevação das qualificações dos trabalhadores portugueses;

[13] respeitar os direitos dos educadores e professores que já trabalharam o número de anos indispensáveis para se aposentarem, garantindo, também

por essa via a indispensável renovação do corpo docente;

[14] valorizar as respostas públicas de educação e ensino, respeitando o carácter supletivo do ensino privado e não, como acontece na região centro com grande expressão, financiando-o com milhões de euros que são cortados às escolas públicas.

São estas as medidas que o Governo e o Ministério da Educação não querem tomar, mas que, no entanto, são indispensáveis ao desenvolvimento da Educação em Portugal e ao combate às chagas que se abatem sobre ele: maiores taxas de insucesso, de abandono, de analfabetismo e de iliteracia da União Europeia que não servem Portugal, nem os portugueses.

Se essas medidas forem tomadas as vagas negativas desaparecem e os professores terão emprego, sem artificios nem medidas extraordinárias especialmente dirigidas para combaterem o desemprego. Caso contrário, o desemprego no próximo ano aumentará mais de 30% e serão mais de 40 000 os professores e educadores que ficarão no desemprego.

Pobre país que é governado por quem não percebeu ainda que poupar na Educação é o mesmo que investir na ignorância... ou se calhar percebeu, o que é ainda pior porque politicamente assumido.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS DO SPRC 25 DE MARÇO DE 2004

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2003

■ A acção do Sindicato dos Professores da Região Centro no ano 2003 contribuiu para a afirmação de um sindicalismo não acomodado, que, ao criticar as medidas de política educativa, económica e social erradas, não deixa de propor soluções e apontar caminhos para a saída da Educação da crise profunda em que se encontra mergulhada, ao mesmo tempo que com os trabalhadores que representa, o SPRC assumiu a luta como arma para o combate ao neo-liberalismo, à privatização e à subversão do actual sistema educativo.

2003 deixou mais claro para todos que as verdadeiras intenções do Governo em matéria de Educação e de Ensino se afastam dos verdadeiros anseios e necessidades dos portugueses. O SPRC, construtivo na sua acção e no seu pensamento, assumiu a luta dos professores pela sua situação específica, com os trabalhadores da administração pública ou, num plano mais geral, com os restantes trabalhadores, como forma de afirmação da profissionalidade docente e de cimentarem uma maior consciência de si e em relação aos outros, como peças fundamentais do desenvolvimento social e cultural, técnico e tecnológico.

A acção do movimento sindical e de outras organizações sociais, na luta pelos direitos dos trabalhadores e contra o código de trabalho, na luta pela paz, pela melhoria das condições de vida dos portugueses, por melhores serviços públicos e pela sua defesa, contra a fraude fiscal e por uma melhor distribuição da riqueza, cresceu de tom ao longo do ano e evoluiu para a constatação de que este Governo não reúne as condições para introduzir as mudanças necessárias, nem para governar o país.

I - Caracterização da situação

política e os seus reflexos no plano económico e social:

O SPRC faz uma avaliação profundamente negativa da acção do Ministério da Educação. Por um lado defende uma mudança profunda da organização do sistema educativo como forma de combater o atraso de Portugal em relação, principalmente, aos seus parceiros comunitários, mas, ao mesmo tempo, todas as suas opções encaminham-se para uma maior dicotomia entre os que são socialmente mais desfavorecidos e aqueles que, pela sua condição social e económica, tinham já acesso aos bens culturais e educativos de forma privilegiada. Esta opção de David Justino é bem visível na desvalorização do papel do Estado no desenvolvimento de políticas sociais justas e nas medidas aprovadas que aprofundam esse elitismo:

- escolas do 1.º ciclo a necessitarem de intervenção urgente pela sua grande falta de condições de funcionamento e de cujos programas apenas se conhece o texto e pouco da prática, ao mesmo tempo que são claramente insuficientes;

- o aumento das propinas do ensino superior e a imposição de leis para a autonomia e financiamento que constituem mais um imposto sobre os rendimentos dos portugueses e mais uma barreira no acesso ao ensino superior;

- a consagração do ensino particular e cooperativo como integrante de uma designada rede nacional de estabelecimentos financiados, de igual forma, pelo Estado, com claro prejuízo para a escola pública;

- a proposta de alteração ao regime de apoios educativos aos alunos com necessidades educativas especiais;

- etc.

Para o actual Governo, a Educação

é um bem que deve ser repartido, rentabilizado e, por isso, sujeito às regras de mercado. Para Justino, que se assume liberal, não acreditando no Estado como obrigado a garantir a satisfação de um conjunto fundamental de necessidades e funções sociais, a grande mudança que se dará na Educação será feita a dois níveis: através da privatização da gestão das escolas públicas e através da privatização progressiva do ensino público.

Este é um cenário que foi anunciado nos primeiros seis meses do seu mandato e que só a luta dos professores e dos restantes trabalhadores não docentes tem inviabilizado. A queda permanente nas sondagens, a falta de confiança dos professores, em particular, e dos portugueses, em geral, neste governo, nomeadamente na tutela da Educação, parecem originar atrasos na concretização do programa do Governo.

As principais medidas tomadas em matéria de política educativa, exceptuando o novo modelo de concursos, publicado com o acordo expresso de todas as organizações sindicais de professores, com excepção da FENPROF, foram na Assembleia da República. Desta forma, o Governo desresponsabiliza-se por muitas das medidas concretas mais negativas que o próprio Governo desejaria tomar.

Há, porém, um dado real que importa não esquecer: os estabelecimentos de educação e ensino, da educação pré-escolar ao ensino superior, vivem, eles mesmos, a crise de valores e de ideias políticas que emanam do Governo. A responsabilização dos trabalhadores por todos os males do sistema e dos professores pelas causas dos insucessos das políticas educativas só aumentam a desconfiança e o descrédito dos portugueses em relação ao poder político e o já grande cepticismo em relação à

validade das opções políticas para a Educação.

II - As propostas e medidas aprovadas pelo Governo e pelos Grupos Parlamentares da maioria PSD /PP:

O aspecto mais flagrante do pensamento do Governo em relação ao papel do Estado veio a ser vertido em texto na incorrectamente chamada "reforma da administração pública". Com pompa e circunstância, num cortejo de governantes e seus acólitos, o Primeiro Ministro apresentou um pacote de iniciativas legislativas com vista a alterar substancialmente o quadro legal da administração pública, no limite da constitucionalidade das leis ou mesmo ultrapassando-o.

Objectivos principais: reduzir o número e os direitos dos trabalhadores da Administração Pública e diminuir o papel do Estado, na garantia das funções sociais constitucionalmente determinadas, tais como a Educação, a Saúde, a Segurança Social, a Justiça, o Saneamento Básico, a Gestão da Água ou o tratamento do lixo e de resíduos, como forma de diminuir a despesa pública com a satisfação das necessidades fundamentais dos cidadãos e de aumentar os lucros privados. A redução da capacidade de intervenção do Estado com vista à sua progressiva transferência para o sector privado, trará no entanto, custos sociais para os trabalhadores e para as suas famílias, acompanhados do agravamento das condições de vida dos cidadãos com mais baixos rendimentos.

A política do Governo para a administração pública tem, por isso, uma perspectiva economicista, sem interesse estratégico, e sendo direccionada para o controlo da despesa pública, aposta quase exclusivamente no ataque aos direitos dos trabalhadores como forma de garantir essa redução.

As medidas anunciadas em 2003 são exemplo disso:

- introdução de um regime de avaliação do desempenho, burocrático e subjectivo, cujo processo deposita nas mãos de gestores, escolhidos pelo Governo, a capacidade a capacidade de decidir sobre a vida profissional dos trabalhadores, agravado pela existência de cotas e que mais não servem senão para desvalorizar o papel dos trabalhadores da administração pública e dificultar as progressões e promoções na carreira. Trata-se de um modelo que favorece os clientelismos e a governamentalização e partidarização da administração pública portuguesa;

- a generalização dos contratos individuais de trabalho, como regra para a contratação de trabalhadores do sector, precarizando ainda mais as relações laborais, instabilizando o exercício profissional e permitindo o controle individualizado sobre o trabalhador. O governo apresentava ainda medidas que permitiriam a transferência, cedência e suspensão de trabalhadores ou o despedimento colectivo, alegadamente devido à extinção, redução ou fusão de postos de trabalho e de unidades orgânicas;

- um regime de aposentação ferido de inconstitucionalidade, mas que veio a ser novamente proposto no final do ano, pelos grupos parlamentares do PSD e do PP para ser consagrado em lei e que não é mais do que uma cópia do texto anterior. Neste do mínimo, o Presidente da República pactou, objectivamente, com as intenções do governo da direita;

- uma política salarial de congelamento, que reduziu ainda mais o poder de compra, sem desagramento fiscal e penalizadora de todos os trabalhadores, muito particularmente dos que possuem rendimentos acima dos mil euros. Em 3 anos a maioria dos trabalhadores da administração pública terá perdido cerca de 10% do seu salário real, situação que veio a tornar-se tão grave por em 2003 ter havido um aumento de 2% no IVA.

O conjunto de medidas tomadas contra os trabalhadores da administração pública não tem em vista como se referiu a melhoria dos serviços públicos, mas sim a aplicação do Código do Trabalho a este sector, muitas vezes de forma mais gravosa, como pode acontecer, por exemplo, com a duração dos contratos ou com os efeitos da sua renovação.

III - A luta dos professores:

A história da luta dos professores em 2003 foi escrita a par da luta dos trabalhadores em geral. Contra o Código do Trabalho. Contra o plafonamento da Segurança Social. Por melhores salários. Mais e melhor Educação. Pelo direito de todos os portugueses a serviços públicos de qualidade. Pelo combate à fraude e à fuga ao fisco. Pelo direito à transparência dos actos públicos da administração e do governo. Por um sistema público de Ensino de qualidade.

Mas foi também feita dia-a-dia em cada escola, em cada nível de educação e de ensino, pelas suas condições específicas, na defesa dos seus estatutos sócio-profissionais, da gestão democrática, da participação da comunidade educativa na definição das

políticas para o sector, a nível nacional, regional ou local, por concursos transparentes, pelo respeito pela graduação profissional no preenchimento de vagas nas escolas, contra o abuso de poder da administração educativa, contra o desemprego docente, pela satisfação dos mais elementares anseios dos jovens professores de direito ao trabalho, pela melhoria das condições de funcionamento das escolas e jardins de infância, por currículos e programas adequadas às necessárias mudanças no sistema de ensino, contra os rankings de escolas e por avaliações correctas dos estabelecimentos de ensino e do sistema com vista à sua transformação positiva, por mais e melhor formação de professores, por calendários escolares adequados aos ritmos e perfis de aprendizagens dos alunos, por uma escola inclusiva e democrática.

O fim do ano foi marcado pela denúncia de situações de compadrio e suspeita de favorecimento na colocação de alguns professores, situação que veio a retirar qualquer credibilidade ao processo de colocação de professores, às estruturas da administração educativa e, particularmente, à Secretaria de Estado da Administração Educativa, principal responsável pela situação.

ACÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2003

Janeiro - Centro de Formação - SPRC - Lançamento e divulgação das acções de formação de 2003 - Durante o ano de 2003 o Centro de Formação organizou, no âmbito das Jornadas Pedagógicas, 43 acções de formação das quais 25 acções creditadas e 18 não creditadas. Nas referidas acções participaram 2690 professores, num total de 17475 horas de formação, que se realizaram em todos os distritos de abrangência do SPRC.

Para além das Jornadas Pedagógicas, realizou-se ainda formação financiada pelo Prodep III e organizada por este Centro de Formação, num total de 8 cursos e 9 turmas. Dos 8 cursos realizados, 4 foram oficinas de formação e neles participaram 150 professores, num total de 3607 horas de formação presencial. A referida formação decorreu em Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Guarda. As acções de formação realizadas no distrito de Viseu foram da responsabilidade da PROF - Associação de Professores de Viseu, com quem o SPRC tem estabelecido um protocolo de cooperação.

Janeiro - Abaixo-Assinado - FENPROF - Defender e Aprofundar a Democracia nas Escolas; Contra a nomeação de Gestores Profissionais

Janeiro - Instituto Irene Lisboa - Núcleo Regional do Centro - Abertura do período de inscrições para as Acções de Formação Contínua Creditadas - PRODEP III - acções promovidas pelo CF-SPRC e 8 acções promovidas pelo ILL-Centro, para professores de todos os níveis de educação e de ensino. Um total de 300 formandos.

Janeiro - Abaixo-Assinado - Frente Comum - Em defesa da dignidade pessoal e profissional dos trabalhadores da administração pública e de direitos inalienáveis - Código do Trabalho, Estabilidade de Emprego e regime de Aposentação

Janeiro e Fevereiro - Repórter por um dia - SPRC - No âmbito da Campanha "Uma nova escola do 1.º ciclo do ensino básico"

Janeiro, Fevereiro e Março - Jornadas pedagógicas 2003 - SPRC - Centro de Formação - Realização de 43 acções de formação contínua de curta duração, das quais 25 eram creditadas com 0,6 créditos. Participaram nas Jornadas Pedagógicas 2003 2650 professores e educadores de todos os níveis de educação e de ensino.

2 e 3 de Janeiro - Acção de Formação - SPRC/Exec. Dist. De Castelo Branco - Projecto Educativo - Covilhã

2 e 3 de Janeiro - Ciclo de Debates - SPRC - Educação pré-Escolar - Leiria

10 a 21 de Janeiro Reuniões sobre Concursos - SPRC - Concursos de Professores e Educadores - Projecto do ME, parecer e Posição do SPRC/FENPROF - Aveiro, Águeda, Estarreja, C. Branco, Fundão, Covilhã, Idanha-a-Nova, Belmonte, Sertã, Coimbra, Cantanhede, Oliveira do Hospital, Figueira da Foz, Guarda, Seia, Leiria, Pombal, Alcobaca, Figueiró dos Vinhos, Marinha Grande, Viseu, Lamego, Moimenta da Beira, Cinfães, S. Pedro do Sul, Sta Comba Dão.

22, 23 e 24 de Janeiro - Jornadas Ambientais da Beira Interior - AFAF - Participação do SPRC nesta iniciativa - Castelo Branco

30 e 31 de Janeiro - Encontro Nacional do Ensino Secundário - FENPROF - Revisão Curricular do Ensino Secundário - Lisboa

4 de Fevereiro - Intervenção Sindical - Colóquio da entrega de diplomas aos alunos da Escola Tecnológica de Ensino Profissional Albicastrense - Castelo Branco

3, 10, 11 de Fevereiro - Reunião com os Órgãos de Gestão das Escolas - SPRC - Sobre a formação ilegal de Agrupamentos - Covilhã, Castelo Branco e Sertã

8 de Fevereiro - Manifestação Nacional - CGTP-IN - Contra o aumento

do custo de vida; Por políticas salariais e sociais justas; Contra o desemprego; contra a elitização e privatização do ensino - Lisboa

14 e 15 de Fevereiro - Marchas pela Paz e Concentrações - Dia Europeu Contra a Guerra - "Não à Guerra" foi a palavra de ordem que ecoou em todo o país e sentida também na região centro - Aveiro, Coimbra, Covilhã e Marinha Grande

24 de Fevereiro a 12 de Março — Plenário descentralizado contra projecto do ME para a área da Educação Especial - Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Guarda, Viseu e Lamego.

25 e 26 de Fevereiro - Encontro/ Debate - SPRC - A autonomia das escolas e a constituição de agrupamentos - Covilhã e Castelo Branco

entrega dos trabalhos

Março - Campanha - FENPROF - Lançamento, pelo SPRC, da Campanha Nacional "Professor Actor de Mudança"

6, 7, 10 e 11 de Março - 1.º Encontro Regional do Ensino Artístico IV Mostra d'Artes - SPRC/Centro de Formação - As expressões artísticas; Ateliers e apresentação de livro (c/ Virgílio Caseiro, João Lázaro, Eurico Gonçalves e Dalila D'Alte Rodrigues) - Mostra d'Artes: Helena Fernandes, Alcina Santos, José Luís Oliveira, Rosalina Gomes, Sebastião Pimenta, José Adelino Proença, António Supico, Teresa Sena, Zélia Duarte, António Pereira, Pedro Rafael, Ana Carvalho - Castelo Branco

7 de Março - Agrupamentos de Es-



26 de Fevereiro - Encontro Debate - SPRC - Educação Especial - Leiria

27 de Fevereiro - Colóquio Ensino Superior - FENPROF - O futuro do ensino superior: continuidade, mudanças e rupturas: com Adriano Moreira, Almeida Costa, Machado dos Santos e António Martins; Rogério Fernandes e Vasconcelos Costa (comentaram) - Lisboa

Março - Coimbra, Capital Nacional da Cultura - SPRC - SPRC apoia a realização e estabelece com a Coimbra 2003 um protocolo que firma, nomeadamente, o apoio ao Concurso Literário do SPRC - Coimbra

Março - VII Concurso Literário do SPRC - SPRC - Lançamento do Concurso Literário - Concurso de Contos, cujo teve o dia 5 de Maio para limite da

colas/Conselhos Municipais - SPRC - Contra a imposição de mega-agrupamentos de escolas, os gestores profissionais e a municipalização da educação: início de uma vasta campanha de sensibilização e esclarecimento dos professores e das escolas

7 de Março - Dia Mundial da Mulher - SPRC - Debate sobre o papel da Mulher na Cultura, com a presença de Adília Alarcão, Raquel Freire, Matilde Rosa Araújo, Diana Andringa, Maria do Céu Guerra, Colette Vilatte, Né Ladeiras e Teresa Ricou - Apoio: Coimbra Capital Nacional da Cultura - Coimbra

10 de Março - Reuniões Gestão das Escolas - SPRC - Com membros dos Órgãos de Gestão - Leiria e Pombal

13 de Março - Plenário de Sindi-



atos da Administração Pública - Frente Comum - Preparação da Jornada de Acção Europeia de 21 de Março; tomada de posição sobre salários, direitos, emprego e código do trabalho - Lisboa

14 de Março - Distribuição de Comunicado - SPRC - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - Coimbra

21 de Março - Jornada Europeia - CGTP-In - Contra o pacote laboral, o desemprego, o aumento do custo de vida, pela paz e contra a guerra - Lisboa

22 de Março - Vigília pela Paz - Unir Vozes e Vontades pela Paz - Castelo Branco e Covilhã

25 de Março - Fórum Nacional - FENPROF - Defender e Aprofundar a Democracia na Gestão Escolar - Lisboa

31 de Março e 1 de Abril - Encontro de Formação - Bibliotecas Escolares - IIL/SPRC - Era uma vez... o Livro - Coimbra

1 de Abril - Reunião com professores e educadores das IPSS - Covilhã e Castelo Branco

7 a 12 de Abril - Greve na Escola Profissional Artes Beira Interior - EPA-BI - Iniciativas de apoio e esclarecimento de professores e população - Covilhã

14, 15 e 16 de Abril - Formação - SPRC - Encontros Pedagógicos da Educação pré-Escolar: Agrupamentos de Escolas e novos rumos para a educação pré-escolar - Aveiro, C. Branco, Covilhã, Coimbra, Guarda, Leiria, Viseu e Lamego

16 de Abril - Sessão Pública pela Paz - SPRC, União de Sindicatos de Coimbra, Ateneu de Coimbra - Unir vozes pela Paz: Será inevitável um mundo onde a guerra é quem fala mais alto?!. Com Mário Soares, Avelãs

Nunes, Manuel Carvalho da Silva, Abílio Hernandez, Vítor Hugo Salgado, Luis Carlos Silva, Mário Nogueira, Cónego Dr. João Lavrador, Luísa Veiga e a exibição do Grupo "Segue-me à Capela" - Coimbra

16 de Abril - Manifestação Nacional da Educação Pré-Escolar - FENPROF - Antecedido de Encontro nacional, em Lisboa, contra o calendário escolar que o ME pretendia impor - Lisboa

25 de Abril - Dia da Liberdade - Participação e organização de iniciativas comemorativas do 25 de Abril e da Revolução - toda a região

Maio - Encontros com os Professores - SPRC - "Avaliar e Gerir o Sistema Educativo, as Escolas e os Professores" - Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu

1 de Maio - Comemorações do 1º Maio - Uniões de Sindicatos - Aveiro, Covilhã e Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu

5, 6, 7 e 8 de Maio - Plenários de Delegados Sindicais - SPRC - Lei de Bases do Sistema Educativo, Gestão das Escolas, Estatuto da Carreira Docente, Escola Inclusiva. Organização dos Núcleos Sindicais de Base - Aveiro, C. Branco, Covilhã, Coimbra, Figueira da foz, Guarda, Leiria, Alcobaca, Pombal, Viseu e Lamego

9 de Maio - Encontro - SPRC - Operação pela Paz - Covilhã

10 e 11 de Maio - Animação cultural - SPRC/Exec. Dist. de Coimbra - Visita a Miranda do Douro

13 de Maio - Debate - SPRC/Centro de Formação - Conversar com os Alunos sobre: a Guerra, os seus efeitos e a Morte; a Pedofilia (com Sara Pereira, Cristina Ponte, Allen Gomes, Joana Neves e Emília Bigote) - Coimbra

19 de Maio - Encontro Distrital - SPRC - O Sistema Educativo Português - Castelo Branco

22 de Maio - Encontro de Professores Aposentados - SPRC - Guarda

29 de Maio - Tribuna Pública de Opinião e Cordão Humano para o Min. das Finanças - Frente Comum - Desemprego, Salários e Reforma da Administração Pública, foram os principais assuntos abordados, numa clara manifestação de repúdio pela política do governo - Lisboa

31 de Maio e 1 de Junho - Animação cultural - SPRC/Exec. Dist. de Coimbra - Visita a Ponte de Lima

2 e 3 de Junho - Encontros de "Jovens Professores" - SPRC - Especialmente direccionado aos docentes estagiários, sobre a profissão docente, condições de exercício da profissão, direitos e deveres - Castelo Branco e Covilhã

3 de Junho - Reunião com estagiários da ESE - SPRC - Castelo Branco

3 de Junho - Tribunal de Opinião Pública - União de Sindicatos - Tema central: desemprego - Castelo Branco

5 de Junho - Tribunal de Opinião Pública e Concentração no ME - FENPROF - Participação de dezenas de professores da Região Centro, Contra a Exclusão Escolar e Social, contra o projecto do ME para a educação especial - Lisboa

11 de Junho - Debate - SPRC - Avaliar e Gerir o Sistema Educativo, as Escolas, os Professores - Figueira da Foz

12 de Junho - Acção de Formação Sindical - SPRC - Jovens professores: que futuro? - Leiria

18 de Junho - Noite do Professor - SPRC - Realização da tradicional festa organizada pelo SPRC - Música ao vivo na Danceteria Broadway - Coimbra

26 de Junho - Debate sobre Ensino Superior - SPRC - Que reforma? Que futuro? - Coimbra, Departamento de Matemática da FCTUC

26 de Junho - Manifestação Nacional - CGTP-IN - Contra o Pacote Laboral, pela defesa dos direitos dos trabalhadores - Lisboa, Parque Eduardo VII

30 de Junho - Plenário Nacional descentralizado da Educação Pré-Escolar - FENPROF - Em causa o papel da educação pré-escolar, o conteúdo funcional da profissão docente, a lei quadro e o calendário escolar - Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, Covilhã e Lamego

Julho - Tomada de Posição - FENPROF/CONFAP - Professores e Pais contra imposição de agrupamentos de escolas

3 de Julho - Reunião com órgãos

de gestão - SPRC - Leiria

9 e 10 de Julho - Plenário Regional descentralizado - SPRC - Contra a imposição dos agrupamentos de escolas - Aveiro

Setembro - Campanha - SPRC - é lançada uma campanha junto das escolas do ensino secundário, de apoio aos professores a quem o ME pretende aumentar ilegalmente o seu horário lectivo (3.ª coluna)

2 de Agosto a 7 de Setembro - Apoio SPRC - Relvinha - CBR_X - Projecto intercultural - Coimbra

5 de Setembro - Tomada de posição - SPRC - SPRC alerta todos os professores para a situação decorrente da imposição de mega-agrupamentos de escolas, afirmando que estes acrescentaram problemas e dificuldades. SPRC declara a sua firme disposição para apoiar juridicamente as escolas relativamente à tentativa de recomposição e de alteração ilegal da composição dos conselhos pedagógicos.

10 e 11 de Setembro - Jornadas Sindicais - SPRC - Grandes desafios para um ano lectivo: Do conflito da mudança [necessária/em curso] à força da [nossa] resposta. TEMAS: Os mega-agrupamentos, contexto indispensável para um modelo de gestão empresarial; A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo numa perspectiva (inter)sectorial; Uniformização e diversidade nas Carreiras da Administração Pública; Os congressos da CGTP-IN e da FENPROF, referências para a organização e o reforço da resposta reivindicativa dos professores e de todos os trabalhadores portugueses - Jardins da Ria, Torreira, Aveiro

25 de Setembro - Debate - FENPROF - Lei de Bases do Sistema Educativo, com a presença dos grupos parlamentares - Abertura do debate nacional sobre o processo de revisão - Lisboa, Fac. De Psicologia e de Ciências de Educação

Outubro - Documento - FENPROF - Lançamento Nacional das posições da FENPROF sobre a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo. Distribuição Nacional das propostas da FENPROF sob a consigna "Defender e aprofundar a Escola Democrática

Outubro - Abaixo-Assinado - FENPROF - Início da recolha de um Abaixo-Assinado contra o projecto do Governo para revisão do regime de aposentação da Administração Pública

6 de Outubro - Distribuição de

postal à população - FENPROF - Dia Mundial do Professor: O Professor abre as portas para um mundo melhor - em todas as capitais de distrito de todo o país

10, 14 e 15 de Outubro - Debates - SPRC/Exec. Dist. de C. Branco - Debates sobre a Revisão da Lei de Bases, a Gestão das Escolas, Rede Escolar, Contratos Individuais de Trabalho, Emprego docente e Reforma da Administração Pública - C. Branco, Fundão e Covilhã

13 e 20 de Outubro - Debates com os Grupos Parlamentares - SPRC - Lei de Bases do Sistema Educativo, Administração e Gestão das Escolas,

larial - POR MAIOR JUSTIÇA SOCIAL - Aveiro e Coimbra

17 a 20 de Novembro - Distribuição de documentos à população - Sindicatos da Frente Comum - Mobilização da greve de 21 de Novembro - Castelo Branco, Covilhã e Fundão

21 de Novembro - Greve Nacional da Administração Pública - Principais aspectos reivindicativos: Contra a revisão da Aposentação; Contra a proposta de revisão de lei de bases do Governo e por uma escola pública democrática e inclusiva; Contra as propostas do Governo para a chamada Reforma da Administração Pública (Contratos Individuais de Trabalho e Avaliação do Desempenho; Pelo direito ao emprego e a salários justos

17 a 20 de Novembro - Distribuição de comunicado à população - sobre os motivos da Greve Nacional da Administração Pública

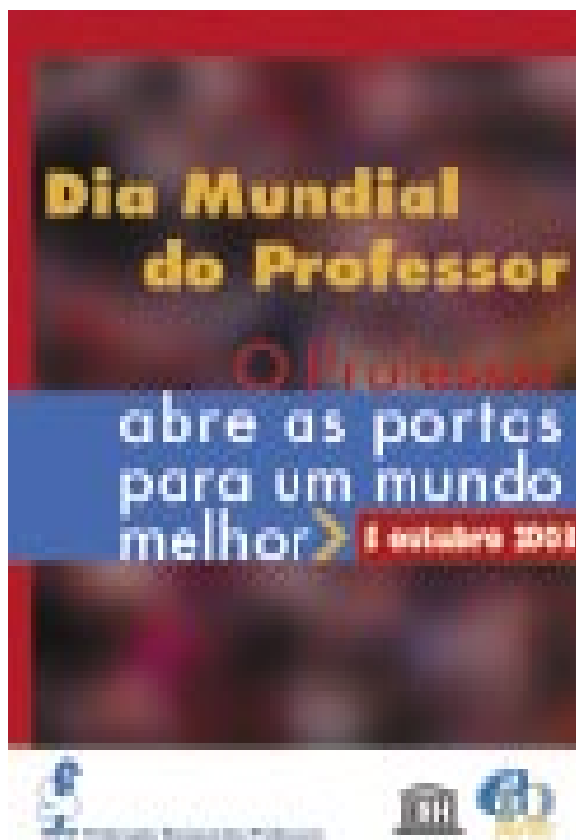
21 de Novembro - Greve Nacional da Administração Pública

22 de Novembro - Encontros - SPRC/Centro de Formação - Vagabundos de Nós, com Daniel Sampaio - Lançamento do Livro e debate - Coimbra

26 de Novembro - Reunião com Estagiários da ESE - SPRC - Concursos e Colocações, novo modelo, direito a concorrer - Castelo Branco

18 de Dezembro - Plenário Nacional Descentralizado da Educação Pré-Escolar - SPRC e FENPROF - Contra o calendário escolar imposto pelo ME, pela dignificação da educação pré-escolar - Aveiro, C. Branco, Fundão, Coimbra, Guarda, Leiria, Viseu e Lamego

19, 22 e 23 de Dezembro - Encontros de Educação Pré-escolar - SPRC e FENPROF - Registo da avaliação - uma prática a assumir, A Educação pré-escolar e o ensino especial na proposta do Governo de Lei de Bases da Educação, Gestão e Agrupamentos - Qual o posicionamento da Educação pré-escolar? - Aveiro, C. Branco, Fundão e Covilhã, Coimbra, Guarda, Leiria, Viseu e Lamego.



Estatuto da Carreira Docente - Coimbra e Viseu

28 de Outubro - Reuniões Professores Contratados e Desempregados - SPRC - Estabilidade de Emprego, Acção Reivindicativa e Eleição das comissões sindicais - Aveiro, Covilhã e Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu e Lamego

30 de Outubro - Jornada Nacional de Luta/Manifestação - CGTP-IN - Contra a privatização e os Gestores de Carreira nas Escolas; Contra os Contratos Individuais de Trabalho; Contra o despedimento colectivo de milhares de professores; Contra a imposição de quotas para avaliação e progressão na carreira; Contra a desvalorização Sa-

PLANO DE ACÇÃO DO SPRC PARA 2004

PROPOSTA

O ano 2004 será para o Sindicato dos Professores da Região Centro, como para todo o movimento sindical unitário, um ano de intensa luta. De luta contra uma política que é contrária aos interesses dos trabalhadores portugueses, porque se orienta para a redução dos seus direitos, para a desvalorização dos seus salários e para a privatização dos serviços públicos, num quadro de desresponsabilização do Estado das suas funções sociais.

■ O ano de 2004, para os trabalhadores portugueses e, por essa razão, também para os professores e educadores iniciou-se com a entrada em vigor de um novo Código de Trabalho que o Governo pretende agora regulamentar. Entre muitos outros aspectos que dele decorrem, relevam a alteração à lei sindical ou a alteração profunda das relações laborais, que são parte integrante do “pacote” denominado reforma da Administração Pública, através da qual o Governo pretende precarizar ainda mais o emprego e o exercício de funções públicas. Na sequência desta “reforma” deverão ter lugar, como foi anunciado pelo ministro da Educação e pela ministra da Ciência e do Ensino Superior, a revisão dos Estatutos das Carreiras Docentes, pelos quais se aprovarão novas regras de contratação, de avaliação, de progressão/promoção e de aposentação. Para além de outras restrições que, através daquela revisão, o Governo pretende impor aos educadores e professores.

Também a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, em curso, a anunciada aprovação de um novo regime de gestão para as escolas, a reorganização dos ciclos e níveis de ensino, o reordenamento da rede escolar já em curso, ou a inconstitucional e anti-social promoção do ensino privado, em detrimento das respostas educativas públicas, são aspectos que não podem deixar indiferentes os docentes. Pelo contrário, terão de os envolver e empenhar, como nunca, na defesa de uma escola democrática de qualidade e para todos.

Neste ano de 2004, um Plano de Acção para o SPRC será mais fácil de elaborar do que em anos anteriores. Isto porque, integrando-se na CGTP-IN e na FENPROF, as resoluções e orientações dos Congressos destas grandes organizações serão, afinal, o Plano de Acção a

desenvolver e concretizar também pelo Sindicato dos Professores da Região Centro.

No âmbito regional, o SPRC continuará a dar as respostas específicas e necessárias, da mesma forma como sempre o fez no quadro da sua autonomia e das suas responsabilidades político-sindical. O seu trabalho será sempre desenvolvido próximo dos professores, seja nas escolas ou na rua, na denúncia e no combate às más políticas governativas. Uma acção que não será reservada aos professores, mas que também se pretende próxima de todos os cidadãos, mobilizando para que, junto das instâncias regionais do poder político, as confrontem com as más políticas que assumem e lhes apresentem alternativas. Será uma postura que manteremos e, se possível, aprofundaremos. Neste quadro, será muito importante que continuemos a trabalhar de perto com a comunicação social, por forma a tornar conhecida a nossa acção e mais eficaz na concretização dos objectivos que pretendemos atingir.

Em 2004 comemoram-se os 30 anos do 25 de Abril, bem como do 1º Maio em Liberdade. O SPRC não ficará alheio ao facto e, de forma empenhada, envolver-se-á nas iniciativas públicas que vierem a ter lugar na região. Em alguns casos seremos impulsionadores das mesmas, defenderemos o seu carácter público e procuraremos levá-las para a rua. Essas datas e a sua comemoração deverão, em nossa opinião, ser também momentos altos de exigência de uma nova política e de um novo Governo para Portugal.

No plano interno, do funcionamento do SPRC, 2004 será um ano de reforço da organização sindical. O aprofundamento da democracia interna que tem caracterizado o nosso trabalho, a eleição de novos e cada vez mais delegados sindicais, o aumento da sin-

dicalização, com o SPRC a estabilizar o seu número de associados acima dos 15 000 sindicalizados, a luta contra o divisionismo e a denúncia do seu papel fragilizador e, muitas vezes, de traição aos educadores e professores, o reforço da informação e do apoio, em diversas vertentes, aos sindicalizados, serão preocupações permanentes e traços importantes da acção que o SPRC pretende desenvolver em 2004.

Uma palavra final para o papel do SPRC na FENPROF, na Frente Comum e na CGTP-IN. Em ano de Congresso da FENPROF, pretendemos, com o nosso contributo, fazê-la crescer e torná-la ainda mais actuante e importante na sociedade portuguesa, em particular, no que respeita à Educação, mas não se esgotando no tema. Nesse sentido, o reforço da nossa intervenção e a disponibilidade para assumirmos mais responsabilidades de âmbito nacional deverá ser a nossa atitude sindical. Na Frente Comum, o SPRC, sem esquecer as especificidades reivindicativas dos docentes, e até os seus tempos próprios de luta, deve continuar a contribuir para que aquele seja um espaço efectivo de trabalho e de luta capaz de unir todos os trabalhadores da Administração Pública Portuguesa. Na CGTP-IN, há que garantir um envolvimento maior. O novo quadro saído do seu décimo Congresso, com um reforço significativo do número de professores nos seus órgãos de direcção, deverá levar a que, de uma vez por todas, o SPRC assumira, também neste plano, novas responsabilidades que não se esgotem na simples presença e participação.

Em todos os planos - SPRC, FENPROF, FRENTE COMUM E CGTP-IN - o Sindicato dos Professores da Região Centro, os seus dirigentes, os seus delegados sindicais e os seus associados, continuarão a pautar a sua intervenção pela procura dos consensos que interessam e unem os trabalhadores na defesa

Professores em **LUTA**

GOVERNO DECLARA GUERRA AOS MAIS FRACOS

- Aos doentes,

com medidas como a da redução do subsídio de doença, a redução das comparticipações da ADSE em 80% dos actos médicos, a redução das comparticipações nos medicamentos e o aumento das taxas moderadoras;

- Aos reformados,

com a redução das pensões de aposentação através de uma simples portaria pretendendo, dessa forma ilegal, alterar as regras contidas na Lei geral;

- Aos jovens

que, nos mais diversos sectores, com grande relevo para os professores e educadores, continuam a ser vítimas de um crescente desemprego, situação que em 2004/2005 sofrerá um aumento superior a 30%: este ano são 30 000, no próximo serão mais de 40 000 os docentes sem emprego (*repare-se como no boletim de concurso o M.E. chegou ao pormenor de tratar por "docentes" os que se encontram nos quadros e por "indivíduos" os restantes. Nessa lógica, no próximo ano acabará o desemprego docente; por outro lado haverá um grande aumento de indivíduos sem trabalho, curiosamente portadores de habilitações para a docência*);

- Aos trabalhadores portugueses,

com medidas como a redução dos salários, apesar do permanente aumento do custo de vida, e a redução dos seus direitos decorrente de iniciativas legislativas como o Código de Trabalho ou as que estão em curso para a administração pública, onde se incluem os professores, no que respeita aos regimes de contratação, de avaliação, de progressão nas carreiras e de aposentação;

- Ao futuro do país,

com o constante desinvestimento em áreas tão importantes e essenciais para o seu progresso e desenvolvimento, como são a Educação e a Cultura.



**Nesta
sua louca cor-
rida,
o Governo,
e no que aos
professores,
às escolas
e à educação
diz respeito:**

- Revela uma tremenda incompetência com a forma como tem vindo a encarar e desenvolver o processo de concurso de professores e educadores, criando um clima de **instabilidade como não há memória**. As situações criadas são de tal ordem graves que é possível haver um candidato que concorreu por outro, ou diversos candidatos que, por terem respeitado a lei e não as instruções ilegais, serão excluídos do concurso.

- Revela uma enorme vontade de **aumentar o controlo político e administrativo das escolas** com a criação de 46 lugares de coordenadores educativos que, pelas suas palavras, serão os “*embaixadores das políticas educativas junto das escolas*”. Esta medida de controlo reforçar-se-á, a concretizarem-se as intenções do M.E., com a substituição da gestão democrática das escolas por uma gestão profissionalizada.



- Revela uma vontade absoluta de criar **graves e inultrapassáveis constrangimentos à possibilidade de progressão também dos professores e educadores nas suas carreiras**, razão pela qual já aprovou uma lei de princípios gerais sobre avaliação do desempenho na administração pública, prevendo cotas de progressão e centrando o sistema na (boa/má) vontade dos dirigentes dos serviços. Para não perder tempo, o Governo apresentou o projecto de decreto regulamentar ainda antes da publicação da lei, já elaborou a ficha de avaliação e vem ameaçando com a revisão dos estatutos de carreira dos docentes, de forma a aplicar aquelas novas, e muito negativas, regras aos educadores e professores.

- Revela uma **irresponsável atitude perante o futuro do país** ao desinvestir e tomar medidas de constrangimento em áreas como a Educação e a Cultura. As maiores taxas de analfabetismo, de iliteracia, de abandono e de insucesso escolar dentro da União Europeia parecem realidades que não deixam satisfeitos, ainda, os governantes.

É, pois, neste quadro, que os educadores e professores portugueses, como todos os trabalhadores, se vêem desafiados a exigir políticas alternativas, mas também a contribuírem para que se construa uma alternativa política.

Nota: Enquanto a generalidade dos portugueses se confronta com crescentes dificuldades e se alastram as manchas de pobreza no nosso país, Portugal não só confirma A. Champalimaud no grupo dos 500 mais ricos no planeta, como consegue um segundo nome nesse ranking mundial, o de B. Azevedo. Ao mesmo tempo que era divulgada esta lista, eram publicados estudos realizados no âmbito da OCDE que confirmavam ter aumentado, no nosso país, a diferença entre os mais ricos (cada vez mais ricos) e os mais pobres (cada vez mais pobres).

***Dá que pensar
e dá pr'a lutar!***

Sindicato dos Professores da Região Centro

dos seus direitos. Um consenso e uma unidade que terão de ser suportados por critérios de natureza sindical que, a serem desvalorizados ou substituídos, tornariam mais fraca e vulnerável a nossa intervenção. Só dessa forma será possível, sem abdicar da intervenção no plano institucional, transformar a acção e a luta reivindicativa no cerne da intervenção sindical.

Tem sido assim que temos crescido, que nos afirmámos e consolidámos, será também desta forma que o SPRC poderá continuar a afirmar-se como a mais importante organização sindical da região centro, reconhecida pelos trabalhadores e, em especial, pelos professores e educadores que nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, exercem a sua

actividade profissional e dão força a uma força que continua a ser espaço de unidade.

A Direcção

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO			
IMOBILIZADO			
Imobilizações Incorpóreas	697,60		697,60
Imobilizações Corpóreas	2.249.854,71	1.218.676,43	1.031.178,28
	2.247.852,31	1.218.676,43	1.029.175,88
CIRCULANTE			
Títulos Negociáveis	100.502,44		100.502,44
Depósitos Bancários e Caixa	271.438,62		271.438,62
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Movimento Sindical	48.632,37		48.632,37
Dívidas de terceiros	51.491,93		51.491,93
	2.719.943,67	1.218.676,43	1.501.267,24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Fundo Sindical	1.055.657,62		1.055.657,62
Resultado Líquido Exercício	27.775,67		27.775,67
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.083.433,29		1.083.433,29
DÍVIDAS A TERCEIROS			
Fornecedores	8.018,99		8.018,99
Estado e Outros Entes Públicos	75.242,08		75.242,08
Empréstimos Obrig.	315.073,64		315.073,64
Outras Credoras	638,44		638,44
Acréscimos e Diferimentos	79.045,80		79.045,80
Total do Capital Próprio e do Passivo	1.521.261,44		1.521.261,44

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

CUSTOS E PERDAS	
DESPESAS COM A ACTIVIDADE	933.859,45
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	681.189,21
IMPOSTOS	912,08
CUSTOS COM O PESSOAL	610.395,28
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	380,56
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	158.466,28
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	27.344,16
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	410,01
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.775,67
	2.438.672,70
PROVEITOS E GANHOS	
JORNADAS PEDAGÓGICAS	2.050,00
QUOTIZAÇÕES	2.433.481,91
OUTRAS RECEITAS	1.811,47
RECEITAS FINANCEIRAS	1.176,00
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	193,29
	2.438.672,70

ORÇAMENTO DO SPRC PARA 2004

—PROJECTO—

	2003	2004	Totais
Região			
Creche	11 871,78	13 200,00	
CPRC	348,40	348,40	
ED/Assentados de Crianças	3 883,38	4 880,38	
Bairros	8 270,98	8 830,00	
Departamentos	8 330,00	7 300,00	
Outras despesas	7 500,00	8 500,00	45 438,78
Iniciativas			
Actividade do SPRC	8 870,98	10 200,00	
Parques/Manutenções	22 851,82	25 000,00	
Escolas/Comunidades	18 272,78	18 200,00	
Cultural e Recreio	3 881,88	3 880,00	
25 de Abril	1 880,18	1 880,18	
Zonas Pedagógicas	0,00	17 500,00	77 625,18
Informação			
ICI (Concepção/Implementação)	87 313,78	83 870,00	
Reprograma SPRC	20 815,85	20 800,00	
Reprograma exterior	30 000,00	32 500,00	138 530,00
Formação			
Centro de Formação SPRC	88 758,58	88 758,58	
Instituto Inês de Castro	7 500,00	8 000,00	107 758,58
Serviço de Apoio a Sócios			
Serviços Jurídicos	88 771,80	88 100,00	
Seguro de Saúde	70 000,00	87 800,00	180 140,00
FENPROF			
Quotação	180 200,00	220 400,00	320 400,00
Fundo de Solidariedade			
Fundo de Solidariedade	0 540,00	0 540,00	0 540,00
CGTP-AB			
Quotação (Central e Unidades Locais)	85 280,00	85 280,00	85 280,00
DESPENSA DE DIRECÇÃO		TOTAL	880 180,00

Fornecedores de serviços externos

Eleticidade	10.743,50	11.000,00	
Contribuintes	13.477,18	13.000,00	
Água	3.380,18	3.000,00	
Outros fluidos	250,00	250,00	
Material de consumo rápido	1.100,00	1.000,00	
Material de escritório	33.433,88	30.000,00	
Resmas	49.774,80	45.340,00	100.000,00

Serviços Tercários

Eleticidade	10.078,83	11.000,00	
Transporte (Pessoal e encargos)	3.980,38	8.120,00	
Comunicações:			
Redes fixas (incluindo fax)	48.878,78	60.000,00	
Redes móveis	0,00	30.000,00	
Internet	0,00	1.500,00	
Correio (Administ. E. civílica)	104.747,56	100.000,00	
Seguros	18.887,83	18.000,00	330.000,00

Fornecedores de Serviços

Cont. Histórico	2.400,00	2.000,00	
Casa Repar Manutenção	38.918,86	38.000,00	
Vigilância	887,84	887,84	
Publicidade/Propaganda	42.880,00	45.000,00	
Limpeza/Higiene	15.000,00	15.000,00	
Trabalhos especializados	3.420,00	3.000,00	
Outros serviços	13.000,00	13.000,00	
Construção das instalações	99.920,00	95.000,00	152.007,84

Impostos

Impostos	5.480,00	5.100,00	5.100,00
----------	----------	----------	----------

Pessoal

Reservatões	430.881,00	430.000,00	
Subsídio de Alimentação	33.182,88	35.178,40	
Serviços de Apoio	99.915,05	40.000,00	
Segurança Social	87.828,03	88.000,00	
Seguro de Acidentes Pessoais	8.878,30	10.000,00	808.768,13

Despesas Financeiras

Transferências	7.481,87	8.000,00	
Encargos com Financiamentos	3.480,00	3.000,00	
Outras	987,00	987,00	8.547,00

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	1.105.815,95
----------------------------------	--------------	---------------------

Aquisições			
Equipamento básico e mobiliário	28,961.60	28,961.90	
Equipamento informático	18,963.90	17,000.00	
Equipamento de reprografia	38,457.94	39,700.00	
Documentação	2,230.60	2,350.00	
Equipamento de comunicação	11,489.48	12,000.00	
Equipamento transporte e carga	20,000.00	40,000.00	
Imobiliário	50,000.00	45,000.00	195,911.80
Amortizações anos anteriores			
Sedes (hipotecas)	78,881.32	78,881.32	78,881.32
Fundos de Maneio			
Executivo Distrital de Aveiro	15,801.60	16,350.00	
Executivo Distrital de Castelo Branco	18,453.53	19,140.00	
Executivo Distrital de Coimbra	26,412.35	27,330.00	
Executivo Distrital da Guarda	14,852.67	15,330.00	
Executivo Distrital de Leiria	17,334.22	17,940.00	
Executivo Distrital de Viseu	25,966.57	26,760.00	122,850.00
Total	118,566.26		

Quadros de síntese

Resumo de Despesas

Despesas da Direção	880,901.50	
Despesas de Funcionamento	1,105,815.96	
Fundos de Maneio	122,850.00	
Aquisições e Amortizações	263,893.12	2,372,860.58

Resumo de Receitas

Quotizações (*)	2,212,104.00	
Formação	98,756.58	
Serviços prestados	20,000.00	
Outras receitas	800.00	
Poupança Congressos	40,000.00	2,372,660.58

(*) Quotizações: Cálculo de 14100 ações (média) / Mês que se situam no 4º escalão (média)

FRIO AFECTA MAIS DE METADE DAS ESCOLAS DA REGIÃO CENTRO

SISTEMAS DE AQUECIMENTO NO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR SÃO ILEGAIS E INSEGUROS

Dados relativos a sistemas de aquecimento e condições de segurança:

- D. L. n.º 414/98, de 31 de Dezembro (Regulamento da Segurança contra Incêndios em Edifícios Escolares)
- D. L. n.º 521/99, de 10 de Dezembro (Normas e manutenção das instalações de gás combustível em imóveis)
- Portaria n.º 1444/02, de 7 de Novembro (Normas de Segurança contra Incêndios em Estabelecimentos Escolares)
- Manual de utilização e segurança nas escolas (Setembro de 2003) - ME
[págs 13, 75, 77, 78 e 79]

INVERNO GELADO EM MUITAS ESCOLAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO LEVANTAMENTO EFECTUADO

■ O Sindicato dos Professores da Região Centro efectuou este levantamento em 350 escolas e jardins de infância seleccionados na região centro, de todos os níveis e graus de educação e ensino. Este levantamento foi efectuado durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2004.

Concluiu que as situações mais graves se vivem no litoral da região, onde existem menos equipamentos nas escolas. Outras das conclusões é que nas Escolas Básicas 2.3 e Escolas Secundárias se passa mais frio, mas que nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância, principalmente no interior do país - com destaque e para os distritos de Viseu e Guarda - se vivem situações de maior risco,

devido ao desrespeito pela legislação vigente no que concerne às normas de segurança de equipamentos.

Concluiu, ainda, que em mais de metade das escolas da região centro há frio! Por falta ou insuficiência do sistema de aquecimento ou, existindo, por falta de condições de segurança para o ligar ou, ainda, por falta de verba, havendo muitas escolas que apenas o pode utilizar um curto período diário, que é insuficiente.

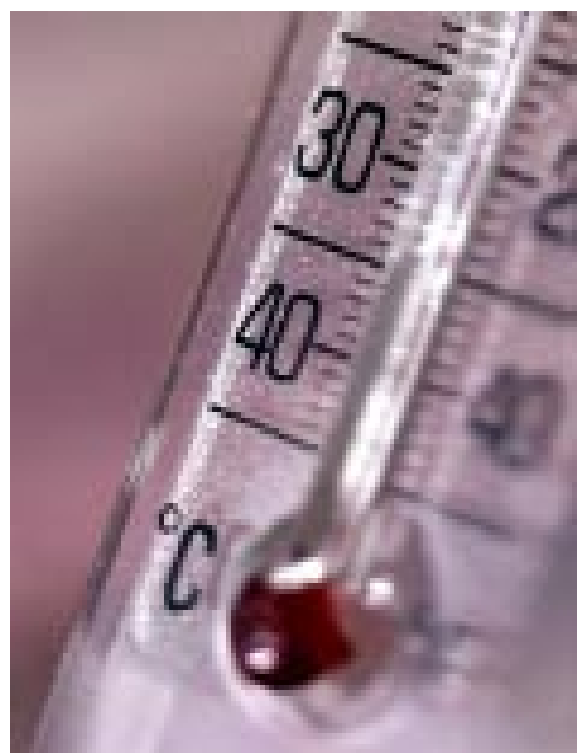
O SPRC acusa o Ministério da Educação, bem como toda a estrutura da administração educativa, de desrespeitar os seus próprios compromissos, pois assumiu junto das escolas que iria promover um programa de instalação de sistemas de aquecimento. Afinal, limitou-se quase só à publicação de um Manual de Segurança, estabelecendo regras claras sobre esta matéria, mas que nem esse respeita.

Pelas razões antes indicadas, o Ministério da Educação é responsável pelo agravamento das condições de ensino e de aprendizagem nas escolas decorrente do frio que se sente nas salas de aula. Por serem bem diferentes as condições que o senhor Ministro da Educação tem no conforto do seu gabinete, compreende-se que não se sinta sensibilizado e ganho para resolver este problema. Compreende-se, mas lamenta-se...

PERANTE A DISPLICÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DE MUITAS AUTARQUIAS...

Com o Inverno agravam-se as condições de funcionamento das escolas e a falta de aquecimento passa a ser uma forte razão para as queixas das comunidades escolares de muitos estabelecimentos de ensino.

Hoje, com o rigor dos últimos Invernos, alunos e professores não param



Com o Inverno agravam-se as condições de funcionamento das escolas e a falta de aquecimento passa a ser uma forte razão para as queixas das comunidades escolares de muitos estabelecimentos de ensino.

de reclamar melhores e mais seguras condições de aquecimento das salas de actividades nas escolas e jardins de infância.

Este ano, mais uma vez se repetem situações já denunciadas em anos anteriores e são muitas as escolas que surgem a reclamar sistemas seguros de aquecimento ou, simplesmente, aquecimento. A pouca intervenção feita pelas entidades competentes (Ministério da Educação e algumas Autarquias) reforça a ideia de a Educação não ser, efectivamente, uma prioridade do poder central e, em muitos caos, do local.

Apesar de ter sido publicado um Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas (Setembro de 2003), de existir legislação específica para a proibição do uso de aparelhos a gás nas salas de aula, desde 1998 (Dec. Lei 414/98, de 31 de Dezembro) e de haver legislação que obriga à vistoria periódica dos sistemas de aquecimento das escolas e das próprias instalações, Ministério da Educação e várias autarquias não hesitam em violar as mais básicas regras de segurança, colocando em risco a vida de crianças e professores. Normalmente com a justificação de que “outro equipamento é caro”. Que é, aliás, a justificação também utilizada para que não se aumente a potência da instalação eléctrica de um número significativo de escolas do ensino básico e secundário, fazendo com que os equipamentos existentes não possam ser ligados simultaneamente com outros que existem nas escolas (computadores, retroprojectores ou aparelhos de vídeo).

FALTA DE SEGURANÇA NO 1.º CICLO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR É ALARMANTE

Para além da violação da lei, as escolas não possuem meios para colocar em acção os planos de prevenção e emergência, em caso de acidente. Em muitas escolas, esses planos não existem ou, existindo, não têm depois, correspondência prática por ausência de meios. Cortes orçamentais e descoordenação ou desinteresse da Protecção Civil completam o estado caótico em que, nesta matéria, se encontram os estabelecimentos de educação e de ensino, principalmente do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar.

Porém, perante a irresponsabilidade de Governo, Autarquias e Protecção Civil, são sempre os órgãos de gestão quem arca com o ónus de um eventual acidente em relação ao qual pouco ou nada podem fazer.

Legislação é ignorada

A situação alarmante antes caracterizada, não passa apenas pelas preocupações legítimas de professores, pais



Para além da violação da lei, as escolas não possuem meios para colocar em acção os planos de prevenção e emergência, em caso de acidente. Em muitas escolas, esses planos não existem ou, existindo, não têm depois, correspondência prática por ausência de meios.

e alunos. Ela é também reconhecida por legislação específica que impõe medidas muito rigorosas sobre esta matéria.

O Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro, **classifica as salas de aula como locais de risco C** (“locais que apresentam riscos agravados de incêndio devido, quer às características dos produtos, materiais ou equipamentos neles contidos, quer às actividades desenvolvidas”) **ou de risco D** (“locais destinados a pessoas com limitações na mobilidade ou nas capacidades de percepção ou de reacção a um alarme” - locais destinados ao ensino especial de deficientes, quartos e dormitórios, etc.). Ignorar tal legislação é de uma elevada irresponsabilidade e negligência, sabendo-se que, neste país, por norma, só depois do desastre acontecer são tomadas as medidas que eram antes necessárias e já urgentes (recordemos a Ponte de Entre-os-Rios, o viaduto do IC.19 e etc.)

No caso do 1.º Ciclo do Ensino Básico, ainda, regista-se extremamente negativo que, perante o diagnóstico

apresentado agora pelo SPRC e que é, seguramente, do conhecimento do Ministério da Educação, não exista qualquer medida que preveja o equipamento, reparação ou adaptação dos sistemas de aquecimento das escolas deste nível de ensino.

No tão propagandeado “Programa de Qualificação - 1.º Ciclo do Ensino Básico”, aprovado já pelo actual Ministério da Educação e cujas primeiras acções de concretização deverão decorrer durante o presente ano lectivo, um dos seus objectivos estratégicos é “Promover acções conducentes à redução do insucesso e abandono escolares”. Se conjugarmos o anunciado Programa Especial de Reordenamento da rede de estabelecimentos (PER.1CEB) com este objectivo, seria de prever uma intervenção e investimento neste domínio do aquecimento e segurança das escolas, pois esses são também factores essenciais na promoção do sucesso e no combate ao abandono escolar.

Cinco medidas, uma exigência e uma sugestão para resolver o problema

As Cinco Medidas propostas pelo SPRC:

- 1. que seja efectuado, até ao final de Abril, um levantamento de todas as situações de carência, com o envolvimento das escolas, das diversas instâncias da administração educativa e dos serviços de Protecção Civil;**
- 2. que, até ao final do ano 2004, sejam superados estes problemas com a colocação de sistemas de aquecimento onde não existem, a superação de carência onde os sistemas são insuficientes e a reparação e reforço de condições de edifícios e sistemas eléctricos;**
- 3. a substituição imediata de todos os equipamentos que não obedecem às normas legais vigentes;**
- 4. a dotação das escolas com as verbas adequadas para fazerem face à despesa acrescida com o aquecimento;**
- 5. a consideração deste problema no quadro do Programa de Qualificação do 1º Ciclo do Ensino Básico, apresentado no início do ano lectivo, com pompa e circunstância, pelo Ministro da Educação e pelo Primeiro Ministro, num acto, confirma-se agora, de pura propaganda e**

A Exigência do SPRC:

- O SPRC exige que, caso aconteçam acidentes nas escolas por utilização de equipamentos proibidos ou degradados, os órgãos de gestão não sejam responsabilizados jurídica ou judicialmente pelos factos. As responsabilidades, nesses casos, serão políticas e pertencem por inteiro ao Governo e, em alguns casos, a autarquias.

A Sugestão do SPRC:

- O SPRC sugere que até à resolução deste problema nas escolas, sejam desligados todos os sistemas de aquecimento existentes em todos os gabinetes do Ministério da Educação e dos seus serviços desconcentrados, nomeadamente nas DRE's, devendo a verba poupada ser atribuída às escolas públicas.

Coimbra (Escola Secundária José Falcão),
3 de Março de 2004
A Direcção

